

A subjetividade da babá na literatura brasileira: os exemplos pioneiros de Quirina, de Lima Barreto (Babá, circa 1904), e de Maju, de Giovana Madalosso (Suíte Tóquio, 2020)

Mariana Filgueiras de Souza¹

Apesar de compor um conjunto de mais de 6 milhões² de pessoas no país, a trabalhadora doméstica é uma das categorias menos representadas na história literária brasileira. São as mulheres que limpam o país, como “[...] bilhões de mulheres se ocupam incansavelmente da tarefa de limpar o mundo. Sem o trabalho delas, milhões de empregados, de agentes do capital, do Estado, do Exército, das instituições culturais [...] não poderiam tomar decisões” (VERGÈS, 2020, p.16). Profissional comum a tantos lares, onde passa os dias em meio às intimidades da família, à vista de todos, são as que menos têm sua subjetividade investigada no imaginário estético brasileiro. O mais recorrente é que sua figura – de perfil majoritariamente negro, feminino e pobre³ – seja invisibilizada em contos, romances, peças de teatro; ou que apareça de maneira a reforçar estigmas e a naturalizar o racismo, como figuração, em cenários domésticos, legada ao alívio cômico ou à objetificação sexual. Não raro, são personagens que não têm nome e de falas silenciadas ou interditadas.

Dentro do amplo espectro de atividades do trabalhador doméstico, que compreende as lavadeiras, faxineiras, cozinheiras etc, este trabalho vai se ater especificamente à figura da babá, ou seja, da profissional encarregada dos cuidados da primeira infância dentro do espaço doméstico, ofício que tem por particularidade uma proximidade ainda maior com a formação afetiva da família empregadora. O termo *babá* vem do quimbundo, língua da família banta falada em Angola. Significa “ama”, ou “ama-seca”, a mulher que cria o bebê de outra. A palavra foi incorporada ao português brasileiro já no século XVI, de acordo com o dicionário etimológico de Antônio Geraldo Cunha, o que nos indica a longevidade do seu uso.

1 Doutoranda em Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Literatura da Universidade Federal Fluminense (UFF) com financiamento Aluno Nota 10 da Faperj.

2 De acordo com reportagem publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo em 30 de janeiro de 2020, “em um cenário de desemprego elevado e recuperação ainda lenta das vagas formais perdidas na crise, 6,356 milhões de brasileiros encontraram sustento nos serviços domésticos. Os dados são referentes ao trimestre encerrado em novembro de 2019, última divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-empregados-domesticos-no-pais-bate-recorde,70003178662>.”

3 De acordo com o relatório do IPEA de 2019, “O trabalho doméstico segue como uma atribuição eminentemente feminina. Transposto ao espaço do mercado, ocupa um contingente muito expressivo de mulheres no Brasil, particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres.” Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444 Último acesso: 4/01/2022

Ser *babá* no Brasil do século XIX e início do século XX era exercer um ofício intimamente ligado à escravidão. Como observou a historiadora Lorena Telles em estudo sobre o trabalho doméstico em São Paulo no início do século,

[...] refletir acerca da escravidão e das relações de gênero na história do Brasil requer considerar as experiências de mulheres africanas e suas descendentes nos mundos do trabalho, em particular o local da escravidão doméstica [...] a condição de gênero das cativas domésticas, em particular amas de leite e mucamas designadas escravas de porta adentro as expôs a práticas específicas de dominação e violência, envolvendo ataques sexuais, formas de vigilância e, para as amas de leite, restrições ao exercício da própria maternidade (TELLES, 2018, p. 100).

Havia uma diferença entre as mulheres africanas escravizadas e trazidas ao Brasil para trabalhar na lavoura ou no espaço íntimo da casa-grande, diferença que se perpetuou. E havia ainda outra diferença entre a mucama, a mulher que ia trabalhar dentro de casa, limpando, cozinhando, lavando etc; e a ama, a que cuidava dos filhos. A *babá* ou ama estava ainda mais explícita e intimamente ligada à casa-grande por ter seu próprio corpo e afeto neste enlace laboral, fosse para amamentar, dar colo, dividir a cama. A pesquisadora Juliana Teixeira fala sobre a ambiguidade representada pelo trabalho doméstico, um misto de afeto e desigualdade, um afeto construído junto a relações desiguais e injustas de trabalho que naturaliza de forma racista a servidão. A figura da mãe-preta que se expande pelo período pós-escravocrata, e vai assumindo outros espaços de confiança, servindo e fazendo companhia às filhas dos senhores, as *sinhazinhas*. É nessa proximidade da relação que as palavras se misturam, fortalecendo o pretuguês, e é nessa relação também que as mães-pretas se tornam importantes contadoras de histórias, estabelecendo mediações entre as culturas africanas, indígenas e portuguesas, de acordo com a pesquisadora Sonia Roncador (2008). No entanto, ao longo do século XX, as *babás* continuavam não sendo tratadas como sujeitos, mas como servas para a manutenção das famílias, com a criação de uma dependência emocional que as desumanizava.

Nessa construção de dependência, Roncador fala sobre como a “sensação de perda de controle por parte dos senhores em relação aos servos advinda da abolição” (2008, p. 17) determinava a forma como essas relações foram se perpetuando. A perda de controle gerava desconfiança, que gerava mais controle permanente, pois as criadas passaram a representar uma ameaça. Eram várias ameaças: de que fossem embora, de que transmitissem doenças, de que pudessem desvirtuar moralmente os filhos dos patrões. Mas havia ainda outra ameaça, que Grada Kilomba (2019) chama de mito da mãe ideal: “O medo de que mulheres negras

possam roubar crianças (...) pode estar ligado à imagem inconsciente das mulheres negras como mães ideais”. Que sejam melhores mães do que as mães brancas.

É uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica. A mãe negra, ou mãe preta, representa a relação ideal com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, amada pela família branca (KILOMBA, 2019, p. 142).

Partindo da compreensão de como são construídas as relações históricas e sociais em torno da figura da babá, e de como a desumanização se refletia também em uma invisibilidade literária, como observado no início do texto, há dois exemplos, no entanto, que funcionam como uma exceção à regra. Escritos e publicados em épocas e condições absolutamente distintas – um autor negro, pobre, de 1904, que escreveu o conto e não o publicou; e uma autora branca, de classe média, de 2020, que escreve o romance publicado por uma grande editora – são duas peças da literatura brasileira que colocam a babá, e sua subjetividade, no centro da narrativa, com mais de 100 anos de distância.

Quirina

O primeiro é o conto *Babá*, de Lima Barreto. Este conto é praticamente desconhecido. Foi encontrado nos manuscritos do autor depois da sua morte, e provavelmente foi escrito em 1904. O conto discorre sobre a morte solitária de uma velha ama, uma mulher negra centenária que havia criado muitos filhos de senhores de engenho. O narrador do conto é um funcionário interino de um hospital onde ela é internada. Assim que ela entra na instituição, abandonada para morrer sozinha, o funcionário se interessa pelo seu martírio e se aproxima dela para ouvir sua história. Um trecho:

Era de ver a sua cabecinha pequena empastada de cabelos brancos, tecidos como uma rama de algodão, alvejando tristemente no fundo negro de seu rosto, encavado, chupado, esterçado, onde dois olhinhos castanhos quase sem brilho passeavam languidamente, dolorosamente (BARRETO, 2010, p. 563).

Ela estava muito fraca, mas contou ao funcionário que se chamava Quirina, era natural de Moçambique, e que tinha sido escravizada em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, quando chegou ao Brasil. Ela tem nome. E o narrador de Lima Barreto quer ouvir a sua história. Quirina conta que chegou a conhecer Dom João VI enquanto trabalhava nas casas dos seus senhores, que tinha tido muitos filhos, “de várias cores”, mas que foram tirados dela, espalhados pelo Brasil para servir de mão de obra barata. Desses filhos, ela não tinha

qualquer notícia. Sempre viveu apartada da própria família, dando seu leite aos filhos dos patrões, não aos seus. Quando foi internada, vivia cuidando de uma velha senhora, viúva de seu último senhor. Outro trecho:

[...] não me saía da imaginação aquela figura doída, cheia de sofrimento e de resignação, que, durante um longo prazo de seu século fornecera aos que lhe cercavam ternura, amor e trabalho e que agora, como um esquife vivo, já sem memória e quase sem viver, vinha morrer sem uma lágrima, sem um ai de alguém (BARRETO, 2010, p. 564).

O conto originalmente se chamava “Quirina”, mas teve o título original riscado pelo autor, sobre o qual estava escrito um novo: “Babá”. O ofício parece ter pesado mais do que o nome da personagem na hora de batizar o conto. Talvez porque o trabalho já tivesse soterrado a identidade da personagem.

Depois de conhecer Quirina, o narrador de Lima fica com “olhos ao teto, parados e presos, a fumar nervosamente, sonhando com a ventura dos bons, dos mesquinhos e dos oprimidos” (BARRETO, 2010, p. 564). A história daquela mulher o perturba seriamente, a ponto de tirar-lhe o sono. Numa noite, o funcionário tem uma espécie de surto, uma epifania do corpo, que o faz levantar do seu leito e ir até a enfermaria de Quirina no meio da madrugada. Encontra seu corpo magro enrolado nos lençóis como uma múmia, “aquele fardel de carnes magras, de peles enrugadas, coladas aos ossos, embrulhada no linho dos lençóis, me pareceu ser o cadáver embalsamado de uma antiga rainha da Núbia” (BARRETO, 2010, p. 565). E, como se estivesse tendo ou presenciando um delírio, a mulher subitamente se levanta, põe-se de pé sobre o leito, e quando vai anunciar algo, fazer uma revelação, o conto termina. Subitamente. Não se sabe se por estilo ou por estar inacabado.

É bastante simbólico que um conto que tenha como protagonista uma babá preta em 1904 termine sem ouvir o que ela diz antes de morrer. Que ela tenha a fala interdita até pelo acaso. Que seja um conto inacabado, como se inacabada fosse a história de todas as descendentes das Quirinas que existiram e das que foram fabuladas. Como se um outro final ainda tivesse a esperá-las. Mas essas outras Quirinas custaram a aparecer na literatura brasileira. Até onde esta pesquisa alcançou, não houve outra babá protagonista de um enredo em nossa história literária, com falas, nome, subjetividade explorada, com uma trama para contar sua história. Pelo menos não na literatura canônica brasileira.

Até chegarmos ao romance *Suíte Tóquio*, de Giovana Madalosso, publicado pela editora Todavia 116 anos depois que Lima fabulou sua Quirina. A personagem principal do romance da autora é Maju, uma babá que rapta a filha da patroa para suprir a falta que tem de ser mãe e tenta fugir com a menina pelo país até desistir e voltar para devolvê-la para a patroa. O que separam essas duas babás protagonistas? Muita coisa. Primeiramente, a condição trabalhista. Ainda que muitas marcas da desumanização do trabalho doméstico estruturadas na época de Quirina estejam perpetuadas na relação de Maju com a sua patroa, Fernanda – como a exploração, a desvalorização, o desinteresse e a sobrecarga – não são relações trabalhistas comparáveis. Maju é uma empregada assalariada, portanto, tem condições de dirigir suas ações e decisões, ao contrário de Quirina, escravizada e subjugada. Maju tem sua própria história contada, seus anseios e conflitos familiares paralelos à vida que levava na casa da patroa, chamada por ela de “Dona Fernanda”.

Depois, a diferença racial. Em nenhum lugar do romance há a descrição racial de Maju, ainda que o leitor possa presumir que ela seja branca, dadas as condições em que o sujeito negro é tratado pelas polícias no Brasil. Dificilmente uma babá negra teria fugido por todo o país com uma criança branca a tiracolo, como o enredo conta, sem ser interpelada por agentes do Estado. Caso fosse negra, a experiência de Maju teria sido outra na saga contada no romance.

Outra diferença está na forma como os enredos são conduzidos. Se em “Babá” quem conduz a história é o funcionário do hospital, em *Suíte Tóquio* a principal ação do enredo é conduzida por Maju:

Estou raptando uma criança. Tento afastar esse pensamento, mas ele persiste enquanto descemos pelo elevador (...) Tenho a sensação de que o exército branco olha pra mim. Foi coisa da dona Fernanda, inventar esse nome, exército branco. E até que ela está certa, somos mesmo um exército, ainda mais a essa hora da manhã, quando todas vêm pra praça com seus uniformes brancos (MADALOSSO, 2020, p. 9)

A narração também em parte é conduzida pela personagem, que reforça a altivez e domínio sobre a própria história da personagem.

Limpo a boca da Cora com um guardanapo da Casa do Pão de Queijo, depois descasco uma mexerica. Vou tirando os caroços, dando os gomos para ela e contando que de Presidente Prudente vamos pingar mais um pouco até chegar no nosso destino final, Mandaguaçu, onde a Maju cresceu, e daí ela vai ver que beleza de vida nós vamos levar (...) A Cora pega no sono. Me ajeito no banco, olho pela janela. Tudo passa tão rápido lá fora (MADALOSSO, 2020, p.21)

Outra diferença gritante entre Quirina e Maju é a forma pela qual essa trajetória é narrada. Quirina só tem a chance de contar sua história porque alguém se dispõe a ouvi-la, alguém vai até ela, entra no seu quarto, pergunta, alguém é tocado por sua figura e insiste nessa reconstrução de memória; e só assim, de forma passiva, ela tem sua subjetividade revelada. Ao narrar a si mesma, Quirina narra também a trajetória ancestral de milhões de mulheres no Brasil, ou boa parte da classe de trabalhadoras domésticas em atividade. Já Maju não precisa ser provocada: é ela, ciosa de si e de sua trajetória, quem narra sua própria história por vontade própria, tomando o leitor como cúmplice de um crime, que, no entanto, não é narrado como tal.

Outra diferença entre ambas é a forma como a maternidade é uma causa de sofrimento e identidade para ambas. Enquanto Quirina sofre por ter filhos dos quais não tem notícia, que são distribuídos a outros senhores como mão de obra barata, por ser impedida de conviver com eles, alimentando com seu leite o filho dos outros, ações que desumanizam a mulher negra e indicam a construção desse mito da “mãe preta ideal” Kilomba (2019), Maju sofre por não ter tido filhos. Em nome do desejo de ser mãe, é ela quem tira o filho alheio. Ela executa o medo das mulheres brancas ao qual se remete Kilomba, transformando a fantasia em realidade. Ela é que toma a filha da patroa para si como ação que dispara para o leitor a revelação da sua subjetividade. Ter a menina Cora consigo é o que permite que seus medos e anseios vão se revelando.

Há ainda a diferença sobre a autoria e circunstâncias de enunciação dessas tramas. Lima Barreto, autor negro e pobre que tinha por característica representar os sujeitos subalternizados, fazendo eco a autores como Castro Alves ou Maria Firmina dos Reis durante o período pós-escravocrata, reivindicando a presença de personagens marginalizados em suas obras; e Giovana Madalosso, autora branca, que escreve em um ambiente que já reflete os efeitos de uma mudança social brusca efetivada a partir de 2015, com a PEC das Domésticas, que diminuía a exploração da força de trabalho negra no país; somado aos efeitos positivos da Lei de Cotas⁴, que já vinha desde 2012, garantindo acesso à educação superior à população negra e, ainda, com o fortalecimento dos movimentos feministas, a chamada "quarta onda feminista" ou "primavera das mulheres", dos movimentos feministas negros, e do próprio movimento negro – mudanças que reiteram o protagonismo de uma personagem muito mais difícil de ser silenciada, a trabalhadora doméstica, categoria da qual Maju faz parte. É

4 Sancionada em 2012, a Lei 12.711, que ficou conhecida como “Lei de Cotas” possibilitou, ao longo de uma década de vigência, que alunos e alunas de escolas públicas, de baixa renda, negros, indígenas e pessoas com deficiência obtivessem acesso ao ensino superior público por meio da reserva de vagas em instituições federais.

notável, de 2015 para cá, a aparição de romances que incluem as subjetividades das trabalhadoras domésticas em seus temas.

As diferenças entre as duas personagens, como vimos, são muitas, e refletem o imenso espaço-tempo em que estão separadas. Vale salientar, no entanto, o que as aproxima: Maju herda de Quirina as marcas das violências históricas que um ofício intimamente ligado à escravidão não consegue se libertar, e que a filósofa Lélia Gonzalez chamou de “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2020, p.84). O contraste com a patroa, Fernanda, ainda revela o abismo entre as classes sociais do qual o Brasil não se livra, bem como a herança da performance da servidão. O comportamento de Fernanda em muitas cenas elaboradas pela autora a desnudam como uma sinhazinha contemporânea: “As mensagens de Maju, que eu tanto ignorei nos últimos anos, agora são as que mais espero” (MADALOSSO, 2020, p. 155). Ou ainda como no trecho que explica o título do romance:

Mas Maju era humilde e inocente demais para sonhar além do que Deus ou a patroa lhe oferecia. Tanto que depois ela aceitou, senti pena dela. Para compensar, transformei aquele quarto de empregada num lugar claro, descolado e dotado de amenidades como tevê e frigobar, um quarto que poderia muito bem ser a suíte de um hotel japonês. E por isso, e para me sentir menos escravocrata, batizei o cômodo de Suíte Tóquio (MADALOSSO, 2020, p. 27)

Outra proximidade entre ambas é a forma pela qual naturalizam as violências – Quirina naturaliza a violência que sofre; Maju, a que pratica. O rapto da criança é narrado com tal naturalidade por Maju – sem perder muito tempo imaginando as falhas do plano ou sem problematizações que a coloquem em dúvida, por exemplo – que faz o leitor pensar sobre a naturalização das violências como um todo, sobretudo as violências históricas cometidas contra aquela categoria de trabalho. Se o rapto é contado de forma banal pela personagem, talvez ele seja uma ação justificada para a personagem. E se é justificada, é porque algo a leva a crer que um rapto de criança não seja um crime monstruoso. Nessa dinâmica, o leitor é convidado a questionar: se ela violência não a afeta, é porque talvez haja uma maior recaído sobre ela. Ler Maju à luz de Quirina, no entanto, nos indica que talvez a naturalização das violências cometidas por Maju respondam a violências históricas recebidas por Quirina. O rapto cometido por Maju de certa forma vinga o trauma de tantos raptos sofridos por Quirinas.

Conclusão

Ao deixar a subjetividade de Quirina como ponto focal do texto, Lima Barreto inscreve uma personagem estrutural na formação social brasileira também na nossa história

literária. Por dedicar às Quirinas um interesse real, ele naturalmente as desloca ao centro da narrativa. As Quirinas existiram e existem, sofreram e sofrem, sonharam e sonham. As Quirinas deliram. E Lima, por meio dos seus narradores, as alcança e revela. Porque ele também parece ficar com “os olhos ao teto, parados e presos” quando as investiga. Lima sempre soube que, ainda que essas vozes não sejam ouvidas, nomeadas, figuradas, esmiuçadas e fabuladas, o silenciamento que experimentam não as faz desaparecer. E se ninguém quis contar suas histórias, bem, ele estava lá.

O que surpreende, no entanto, é que apesar de ter realizado esse gesto literário pioneiro em 1904, tenham se passado mais de 100 anos para que outra babá tivesse seus desejos e medos centralizados numa trama literária. O que causa espanto é que tenhamos apenas uma Quirina e uma Maju a nos contar pela forma perene da literatura as transformações brutais que uma categoria de trabalho tão expressiva do país tenha experimentado ao longo de tanto tempo. A comparação dos dois textos nos deixam um chamado para observar sempre o que os personagens subalternizados, especialmente as trabalhadoras domésticas, têm a nos contar para além do que dizem, ou do que silenciam, nos poucos textos que as deixam dizer.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. e Int. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DALCASTAGNÈ, R. "A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004". In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, [S. l.], n. 26, p. 13–71, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Por uma crítica feminista: leituras transversais de escritoras brasileiras*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

PIZA, Edith. "Da cor do pecado". In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52, jan. 1995.

RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA, Mariana Filgueiras de e FIGUEIREDO, Eurídice. "A representação da criada nas tragédias cariocas de Nelson Rodrigues". In: Revista Textura. v. 23 n. 56, out./dez. 2021.

SOUZA, Mariana Filgueiras de. "Distopia e protagonismo da trabalhadora doméstica no romance *Luxúria*, de Fernando Bonassi". In: Revista Opiniões. Ano 12, n. 22 (2023) – São Paulo: FFLCH - USP, 2023. P.127-144.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. Col. Feminismos Plurais (Coord. Djamila Ribeiro). São Paulo: Jandaíra, 2021.

TELLES, Lorena Féres da Silva. "Amas de leite". In: *Dicionário da escravidão e liberdade*. Org. Lilia Moritz Schwarcz e Flavio Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VERGÈS, Françoise. *Feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.